

MANIFESTAÇÃO 19 MARÇO



Manuel Carvalho da Silva
Secretário-Geral

Saúdo todos os presentes nesta extraordinária manifestação. Esta imensidão de milhares de trabalhadores, que respondeu positivamente ao apelo da sua Central e ao esforço de mobilização dos seus activistas e dirigentes, constitui a afirmação inequívoca de que os trabalhadores e o povo português podem contar com a CGTP-IN como grande força organizada do mundo do trabalho, nos indispensáveis protestos face à situação que o país vive e, acima de tudo, na construção de um futuro melhor para Portugal e para os portugueses.

Fizemos uma grande e muito importante Greve Geral em 24 de Novembro, onde lançamos um forte apelo à manifestação de indignação e protesto e onde realçamos a necessidade de os protestos e anseios das pessoas serem ouvidos pelo poder político e pelo patronato e de passarem a estar no centro das políticas, tendo-se por preocupações centrais o emprego e as condições de vida e de trabalho das jovens gerações.

É com grande alegria que vemos esta manifestação afirmar-se como uma enorme mobilização, inquestionavelmente a maior depois da Greve Geral, e sentimo-nos recompensados por observarmos que outros sectores e camadas da sociedade portuguesa também se vêm manifestando com determinação em torno daqueles objectivos.

Saúdo todos os trabalhadores e trabalhadoras das empresas do sector empresarial do Estado, do sector privado e da Administração Pública, que têm lutado com determinação e coragem nos seus locais de trabalho, nas acções sectoriais e regionais ou, ainda, nas lutas sociais mais amplas.

Uma saudação aos activistas sindicais que não cedem às pressões e chantagens que, por vezes, administrações de empresas e o Governo utilizam para tentarem impedir o exercício dos direitos sindicais, como é o caso actual na CP. Aos dirigentes e activistas sindicais desta empresa, em nome de todos, deixamos um abraço solidário e dizemos: prossigam a vossa justa luta.

Como sabemos, se forem grupos de interesses económicos a fazerem chantagens, os governantes cedem - como ainda recentemente fizeram perante os patrões de transportes rodoviários, que para além de fazer lock-out, puseram a vida de motoristas em risco com apedrejamentos. Se os trabalhadores e os seus sindicatos pisassem o risco em um décimo de gravidade, seriam alvo de todo o tipo de ataques políticos e até judiciais.

Saudamos também as centenas de milhar de jovens (e menos jovens) que no passado dia 12 estiveram nesta Avenida e outros locais do país, afirmando, de forma inequívoca, que não se vergam às “inevitabilidades”, e que não abdicam de lutar por um futuro melhor.

*

Há muito que temos fortes razões de protesto, mas o conteúdo de um novo programa de austeridade apresentado pelo Governo, na semana passada, significa uma autêntica declaração de guerra aos trabalhadores, aos desempregados, aos pensionistas e reformados. Trata-se de políticas que, a serem executadas, agravam as injustiças sociais, aprofundam a crise económica, empobrecem o país. Por outro lado, pela forma como agiu, o Governo abriu uma crise política grave.

A propósito da questão da crise, deixem-me colocar dois registos. O primeiro, é para afirmar que só tem sentido falar de crise quando se fala a sério da pobreza, da precariedade, das desigualdades e injustiças, do desemprego, dos baixos salários e pensões, ou da preocupante fragilização da contratação colectiva.

O segundo, é para realçar que as componentes preocupantes da crise política, não são as que emergem dos comentários e apreciações dominantes relativas, por exemplo, à hipótese muito provável de haver eleições, mas sim o facto de as preocupações e intervenção do Governo do Partido Socialista e do PSD (e de toda a direita), se centrarem apenas no jogo dos tacticismos para segurarem ou deitarem a mão ao poder e, por outro lado, a preocupante realidade de nem uns nem outros, infelizmente, apresentarem qualquer proposta séria e de futuro para o povo português e para o desenvolvimento da nossa sociedade.

Nesse processo foram desrespeitadas normas elementares de democracia e gravemente violadas as relações institucionais com os órgãos de poder e com os parceiros sociais. E as justificações dadas posteriormente pelo 1º Ministro só agravaram uma situação insustentável.

O Governo colocou o país de joelhos face às autoridades europeias, face ao Governo alemão, face aos credores internacionais, face aos mercados financeiros. O Governo negociou novas medidas de austeridade com a Comissão Europeia e com o Banco Central Europeu e assumiu compromissos, nomeadamente com a chanceler alemã Ângela Merkel, sem prestar contas ao país.

Continuam, entretanto, a surgir comentadores e economistas de serviço ao neoliberalismo a afirmarem, hipocritamente, que a culpa dos problemas com que nos deparamos é da generalidade dos portugueses. Dizem eles que vivemos acima das nossas possibilidades, que gastámos o que não devíamos, logo, temos de nos submeter às exigências dos credores e dos agiotas.

É caso para perguntar: quem tem vivido e vive com mais do que de facto lhe pertence? Os desempregados, os trabalhadores em situação de precariedade, os que vivem com pensões sociais ou a maioria dos pensionistas, os trabalhadores do salário mínimo ou o comum dos trabalhadores? Não! Quem vive com mais do que lhe pertence são os que se apropriam indevidamente da riqueza que todos criamos, são aqueles que usufruem da especulação financeira sem controle, são os que vivem das negociatas promíscuas entre poder económico e poder político e os que delapidam o erário público, são aqueles que alimentam as suas fortunas

do “roubo legal” cada vez mais institucionalizado, são os que usufruem de retribuições milionárias de dimensão escandalosa.

Essa gente que generaliza as responsabilidades pela situação difícil do país esconde, propositadamente, que estas medidas de austeridade são impostas para reduzir um défice público que não foi provocado por nenhuma despesa excessiva do povo. O défice não foi provocado pelo pagamento de subsídios de desemprego, nem pelos gastos com pensões e prestações sociais.

Eles sabem como nós que o défice público estava em 3% em 2008. O aumento do défice público foi provocado pelo desvio de milhares de milhões de euros do Orçamento de Estado (O.E.) para tapar buracos como o do BPN, pela entrega de centenas de milhões de euros a sectores económicos, a empresas e a bancos em nome do combate aos efeitos da crise mundial.

Eles sabem como nós que o aumento do défice público resultou também da quebra de impostos (muita da qual foi evasão e fraude fiscal), e do aumento indispensável de alguma despesa com alguma protecção social e com o desemprego que a crise provocou.

Com o novo PEC, pagam, mais uma vez, os que não provocaram a crise, os trabalhadores, os jovens, os pensionistas, os desempregados, os grupos sociais mais vulneráveis, ou seja, os mesmos de sempre. Para 2012 quase metade dos cortes na despesa (47%) resultam de cortes nas pensões e de reduções de comparticipações nos medicamentos e nos sistemas públicos de saúde, na rede escolar e na qualidade do ensino. É uma profunda injustiça!

Estas políticas colocam Portugal num perigoso círculo vicioso: quanto mais austeridade, menos se resolvem os problemas económicos e sociais e de novo mais austeridade é exigida. É o caminho do declínio económico, do empobrecimento do país, da perda da soberania nacional, do retrocesso do nosso processo de desenvolvimento.

As agências do processo de agiotagem externa e interna pressionam-nos para que o país adopte medidas de austeridade e de ataque aos direitos dos trabalhadores e do povo e, depois, com todo o descaramento, vêm dizer que são menores as perspectivas de crescimento do país, logo, devemos pagar taxas de juro mais altas. Como diz o povo: “quem mais se abaixa mais se lhe vê o dito”.

*

Estamos na véspera de um importante Conselho Europeu, que se realiza já na próxima semana. Este Conselho pode vir a influenciar o futuro próximo da Europa, tornando-a uma Europa ainda pior que a actual, mais anti-social e menos solidária.

Na aplicação da chamada nova governação económica, vários países adoptam programas drásticos de austeridade que penalizam os seus povos, sendo esses programas impostos por outros países que protegem os seus capitais e ignoram os cidadãos europeus mais desfavorecidos. A Comissão Europeia adopta posições de carácter neocolonial, lesivas da soberania dos Estados.

As novas regras dessa governação económica, que estarão na mesa do próximo Conselho Europeu, pressionam os países a baixar os salários em nome da competitividade; endurecem as

regras do Programa de Estabilidade e de Crescimento, sacrificando o desenvolvimento e o crescimento económico; pressionam a redução da despesa social e o aumento da idade da reforma; visam a privatização da segurança social; impõem novas sanções aos países que não cumprirem as regras; visam uma maior desregulamentação do emprego, directamente ou sob a capa ideológica da flexigurança.

O PEC4 apresentado a semana passada, pelo Governo, é já uma aplicação antecipada destas regras inaceitáveis.

O que está em construção nesta fase, é a separação, na prática, de duas Europas: de um lado os países ricos do Centro e Norte da Europa, articulando-se com países no leste europeu que cada vez mais funcionam como extensões da economia alemã; do outro lado, os países do Sul, que estas políticas condenam a uma imediata recessão, a períodos prolongados de baixo crescimento e a elevado desemprego.

O discurso dominante é o de que se estão a ajudar os países com situação mais difícil, mas começa a emergir, justamente, na população, o sentimento de que o apoio financeiro europeu e do FMI, se destina, antes de tudo, a resolver os problemas dos bancos do centro da Europa, sobretudo da Alemanha e da França.

Portugal está hoje na União Europeia praticamente nas condições em que no século passado estavam as “criadas de servir” na casa dos seus patrões. Fazemos parte do núcleo, mas em posição dependente e habitando um anexo cada vez mais degradado.

É tempo de questionarmos fortemente sobre quem está efectivamente a sacrificar-se para salvar a Europa.

É tempo de o Governo português assumir que está, de forma submissa, a sujeitar os portugueses a políticas injustas e sem futuro, e daí retirar as devidas consequências. O povo português, no imediato ou a prazo curto, não lhe perdoará se muito rapidamente não mudarem de políticas.

É tempo de denunciarmos que o PSD e a direita são defensores e construtores entusiasmados destas políticas europeias e que se chegarem ao poder serão seus fies executores.

É possível sair desta crise! É possível e é indispensável construir alternativas!

Exige-se um novo rumo nas políticas europeias que efective a solidariedade entre os países; que reduza e controle o poder dos mercados financeiros; que afirme e desenvolva o Modelo Social Europeu.

Dizemos não às taxas de juros exorbitantes que nos estão a ser exigidas.

Exigimos que os países se possam financiar junto do Banco Central Europeu a taxas de juro baixas.

Exigimos que a U.E se liberte da chantagem das agências de notação.

Reivindicamos a criação de uma taxa sobre as transacções financeiras e o controlo democrático das políticas económicas.

Reclamamos uma nova regulação social e uma regulamentação dos mercados financeiros, incluindo a eliminação dos paraísos fiscais.

Defendemos que a redução do défice público seja progressiva para não sacrificar desmedidamente os povos, nem o desenvolvimento dos países.

*

A situação de Portugal é difícil e por isso é imperiosa uma profunda mudança face às políticas que nos vêm sendo impostas.

É indispensável uma governação com conteúdos claros, respondendo aos problemas concretos das pessoas e agindo sobre a base estrutural da economia, que é preciso libertar das pressões e das profundas limitações da especulação financeira, bem como dos “imperativos” orçamentais imediatistas, de efeitos económicos regressivos.

O quadro em que vivemos exige diálogo, exige participação efectiva dos Sindicatos na análise e na determinação de medidas a adoptar nas políticas sociais e laborais, no papel da Administração Pública, nas opções estratégicas para a economia, na vida das empresas. Exige, ainda, negociação sobre conteúdos concretos, feita com ética e respeito recíproco, desde logo, negociação colectiva nos sectores privado e público.

Não é isso que o Governo e os principais representantes do patronato estão a fazer, designadamente, com a encenação em que se transformou o actual processo de concertação social.

A solução para os problemas do país não passa pelo chamado “programa para a competitividade e o emprego” que aí anda a ser discutido, pois no fundamental ele entrega mais dinheiro a alguns grandes empresários e umas migalhas a um ou outro pequeno para estes se calarem, facilita os despedimentos, diminui as indemnizações, corta no subsídio de desemprego, aumenta a precariedade, desregula os horários de trabalho, reduz a retribuição e põe em causa o direito de contratação colectiva.

A CGTP-IN abandonou as reuniões finais deste processo, depois de ter apresentado inúmeras propostas devidamente fundamentadas em todas as áreas, porque está absolutamente claro que o verdadeiro e único objectivo é legitimar, pela concertação social, as medidas injustas que o Governo decidiu em Dezembro com a CIP e a UGT. Entretanto, nestas duas últimas semanas tentam credibilizar, por antecipação, o chamado PEC4.

Quero aqui deixar claro que a CGTP-IN não abandonou a Concertação Social. A CGTP-IN não abandonou, nem abandonará, nenhuma trincheira de intervenção e de luta, seja no plano dos seus direitos de intervenção institucional, seja no da acção e mobilização social.

Mas, a CGTP-IN não pode pactuar com tais objectivos e práticas, pois novas maldades estão em preparação precarizando ainda mais os contratos a prazo, flexibilizando e desregulando violentamente a generalidade dos contratos de trabalho, cortando nas indemnizações e

facilitando os despedimentos, diminuindo a protecção no desemprego quando já temos quase 60% dos desempregados sem protecção, atacando a segurança social.

A presente situação do mercado de trabalho é insustentável. Portugal foi o 2º país da Europa onde a destruição do emprego foi mais violenta. Num país onde foram destruídos perto de 300 mil empregos em menos de 3 anos, e, quando um ex-presidente da CIP assumiu “que nunca ninguém se sentiu em dificuldade com o custo de despedir”, vir um Governo socialista dizer que se deve baixar a indemnização de despedimento, é querer ser “mais patrão que os patrões”.

Portugal não precisa de destruir mas sim de criar emprego! Precisa sim:

- (i) de utilização das disponibilidades financeiras privadas e públicas em investimento gerador de riqueza e de não permitir que a riqueza criada se concentre apenas nas fortunas de alguns;
- (ii) de produção material de bens e serviços úteis ao nosso desenvolvimento nos mais diversos sectores de actividade, reduzindo importações;
- (iii) de eliminação de gritantes desigualdades sociais que foram o pano de fundo da crise (desde logo a justiça fiscal e a tributação progressiva);
- (iv) de reforço do Estado Social, na saúde, no ensino, na segurança social, na justiça ou até no desenvolvimento de actividades das autarquias, que tão importantes são para garantir condições sociais e de cidadania às pessoas.

Portugal não precisa de congelamento das pensões e prestações sociais, precisa sim de uma mais justa distribuição da riqueza, de melhorar salários, de pensões sociais dignas e do combate à economia subterrânea, por onde se esfumam em cada ano cerca de 10.000 milhões de euros.

Precisamos de políticas que assegurem o nosso futuro, não de políticas que continuem um desastre nacional, seja com este ou com outro governo. O documento divulgado na comunicação social sobre o programa económico do PSD mostra que este Partido pretende intensificar políticas desastrosas; fragilizar o papel e as funções do Estado para o comum dos cidadãos; fazer mais privatizações e mais gestão privada na saúde e no ensino, aplicar menos impostos aos accionistas das empresas e mais flexibilidade no trabalho.

É curioso e bem elucidativo das opções do Governo, o facto de não encontrar dinheiro para proteger os mais necessitados, ao mesmo tempo que arranja milhões para disponibilizar aos seus amigos da Mota Engil ou do BES, ou passa o IVA do Golfe de 23% para 6%.

Por isso aqui nos manifestamos e decidimos:

- Reforçar e apelar a uma cada vez maior unidade na acção dos trabalhadores ...
- Empenharmo-nos na luta contra as políticas de direita, pela construção de uma alternativa política coerente
- Incentivar e apoiar as lutas dos trabalhadores de todos os sectores, regiões e empresas em defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores com todo o tipo de vínculos de trabalho ...

- Continuar a assumir como prioridade a intensificação da luta dos jovens contra a precariedade e o desemprego, assinalando o Dia Nacional da Juventude com a realização de uma grande Manifestação no dia 1 de Abril, em Lisboa, sob o lema “Queremos trabalho; Exigimos direitos”
- Apoiar e participar empenhadamente na marcha pela Educação no dia 2 de Abril ...
- Participar e apoiar activamente as mobilizações para as comemorações populares do 37.º Aniversário do 25 de Abril;
- Fazer das comemorações do 1º de Maio da CGTP-IN uma jornada nacional imensa e um expoente da luta social e política, por uma mudança de rumo que valorize o trabalho, que dignifique os trabalhadores e coloque Portugal no caminho do progresso e justiça social.

Portugal tem futuro!

A mobilização e a luta dos trabalhadores e do povo constituem ancoradouro e instrumento fundamental da sua construção!